

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2022

Processo nº: 23343.002960.2022-42

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 482/2022, vem decidir o recurso impetrado pela empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.836.512/0001-49. Inicialmente, verifica-se que foi tempestiva a sua manifestação de interesse em recorrer, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019. Não houve a apresentação de contrarrazões de recurso.

#### ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação da empresa.

#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão da Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do ambiente eletrônicos de processamento de contratações, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

#### DO RECURSO APRESENTADO

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022

A V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.836.512/0001-49, com sede na Rua R Germiniano Maia, 803-A, Bairro Salgado Filho, na cidade de Aracaju - Sergipe por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

#### I – DAS RAZÕES DO RECURSO

De acordo com Edital da licitação em apreço, transcrevendo o termo de referência do item 20, ficou estabelecido as seguintes exigências com relação as características do objeto:

“Tipo de dispositivo: Módulo de transceptor SFP (mini-GBIC);

Tipo de cabo: 1000Base-SX;

Comprimento de onda óptica: 850 nm;

Distância máxima de transferência: 550 m;

Fator de forma: Módulo de plug-in;

Taxa de transferência de dados: 1 Gbps;

Protocolo de link de dados: GigE;

Projetado para: Force10;

Force10 ExaScale E-Series;

Networking C1048, C7004, C7008, C9010, N2024, N2048, N3024, N3048, N4032, N4064, S3048, S4810,

S5000, S6000, S6010, X1008, X1018, X4012; PowerConnect 55XX, 62XX, 70XX, 8024, M8024;

PowerEdge FX2, VRTX, VRTX M520, VRTX M620;

Networking N3132, S4048, X1026, X1052.

Modelo Referência: Dell Networking, Transceptor, SFP, 1000BASE-SX conector, com as mesmas especificações técnicas ou de melhor qualidade”

Nesse sentido, cabe relembra a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Esse dispositivo é tão restritivo que se utiliza da expressão “estritamente vinculada”. Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital.

Salientando que é possível e legítimo a administração pública indicar a marca e o modelo exato que precisa adquirir. De acordo com a Súmula/TCU nº 270, “em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca e modelo, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização”.

A descrição exigida no termo de referência do edital é clara e sem margem para dupla interpretação, a redação do

item 20 no termo de referência usa os termos "Compatível com Networking C1048, C7004, C7008, C9010, N2024, N2048, N3024, N3048, N4032, N4064, S3048, S4810, S5000, S6000, S6010, X1008, X1018, X4012; PowerConnect 55XX, 62XX, 70XX, 8024, M8024, PowerEdge FX2, VRTX, VRTX M520, VRTX M620, Networking N3132, S4048, X1026, X1052" e "Dell Networking, Transceptor, SFP, 1000BASE-SX conector, com as mesmas especificações técnicas ou de melhor qualidade", porque a fabricante dos servidores onde os módulos serão instalados, a DELL, possui uma vasta linha de switches e servidores, e indicação de um modelo de referência nas exigências do item servem para que o produto ofertado seja do fabricante DELL e possua total compatibilidade com os equipamentos Dell descritos no termo de referência do item 20, em uso pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS.

A licitante ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA ofertou um equipamento não compatível com os equipamentos Dell descritos no termo de referência, muito menos superior, a instalação de módulos não compatíveis e homologados pelo fabricante Dell trará mau funcionamento aos equipamentos e perda de qualquer contrato de garantia ou suporte do equipamento em que o módulo não homologado for instalado, seja switch ou servidor DELL. O modelo ofertado por nossa empresa, DELL: 407-BBOR é o modelo correto e compatível com os equipamentos DELL descritos na especificação do item 20, conforme site da DELL abaixo:

<https://www.dell.com/pt-br/shop/dell-networking-transceptor-sfp-1000base-sx-conector/apd/407-bbor/wi-fi-e-networking>

## II – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão anterior de aceitar e habilitar a empresa ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, declarando-se a empresa ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e demais empresas que ofertaram equipamentos não compatíveis com equipamentos Dell descritos no termo de referência do item 20 inabilitadas para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.

Nestes Termos  
P. Deferimento

25 de Outubro de 2022  
V & M NEGOCIOS EIRELI - ME  
Rosane M. P. Teixeira  
Administradora

## DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do ComprasNet, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos. Caso a empresa não concordasse com os termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado de forma tempestiva, requerendo a sua modificação e republicação, caso tivesse alguma motivação.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetiva a revisão da decisão que aceitou a proposta da empresa vencedora, ao fundamento de que teria havido, de parte do Pregoeiro, equívoco na avaliação de seu conjunto documental. Não é o caso, todavia. Em primeiro lugar, como se cuida de licitação de itens de tecnologia da informação (TIC), as decisões pela aceitação, ou não, das propostas são fundadas em juízo técnico, exarado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS.

Consultado acerca das razões e das contrarrazões de recurso apresentadas, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS analisou ambas e, conforme critérios técnicos, elaborou o OFÍCIO Nº 201/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que transcrevemos, na íntegra, a seguir:

Em atenção ao recurso interposto pela licitante V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o número 27.836.512/0001-49, quanto ao item 20 do pregão 20/2022, procedemos análise da peça recursal, cujo mérito é de que o produto ofertado pela recorrida não atende aos requisitos de compatibilidade estabelecidos no edital, para os seguintes equipamento DELL:

Networking C1048, C7004, C7008, C9010, N2024, N2048, N3024, N3048, N4032, N4064, S3048, S4810, S5000, S6000, S6010, X1008, X1018, X4012; PowerConnect 55XX, 62XX, 70XX, 8024, M8024; PowerEdge FX2, VRTX, VRTX M520, VRTX M620; Networking N3132, S4048, X1026, X1052.

Inicialmente cabe registrar que a recorrida ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 01.804.159/0001-21, não apresentou contra razões.

Quando da análise da documentação técnica postada pela recorrida, foi entendimento da equipe técnica responsável pela análise, que as informações de compatibilidade apresentadas, com menções a equipamentos de vários fabricantes, inclusive da DELL, seriam suficientes para validar os requisitos de compatibilidade exigidos no edital. Agora, em vista do recurso interposto, analisamos novamente a documentação técnica da recorrida, e concluímos que não há informação que ateste a lista exaustiva de equipamentos relacionados no edital. Sendo assim e para observação do princípio licitatório da vinculação ao edital e seus anexos, deferimos o recurso apresentado e solicitamos que o item em questão retorne à fase de análise.

Vide OFÍCIO Nº 201/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, disponível em:  
<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/4916-pregoes-eletronicos-2022-ifsuldeminas-uasg-158137>.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Encaminha-se a presente decisão para ratificação, ou não, da autoridade competente.

Pouso Alegre/MG, 07 de novembro de 2022

João Carlos Ferreira  
Pregoeiro

**Voltar**